

As organizações não governamentais e as Nações Unidas

ISIDORO ZANOTTI

Esta Revista tem o prazer de apresentar, neste número, um estudo sobre as Organizações Não-Governamentais e as Nações Unidas, de autoria do Dr. Isidoro Zanotti, o escritor brasileiro que mais se tem dedicado aos problemas de administração internacional e que já publicou diversos trabalhos sobre a matéria.

No fim do ano passado, o autor do presente trabalho foi a Nova Iorque, a fim de fazer estudos, convidado pela ONU em face das atividades desenvolvidas em favor daquele organismo. Durante dezembro de 1948, janeiro e parte de fevereiro de 1949, fêz, em Lake Success, diversos estudos e observações sobre a estrutura e funções do Secretariado das Nações Unidas, assistiu às sessões do Conselho de Segurança, do Conselho de Tutela, do Conselho Econômico e Social e de vários Comitês e Comissões.

No comêço de fevereiro, foi admitido, diante de suas qualificações, num Seminário de Direito e Administração Internacionais, programado para fevereiro a maio e a ser realizado pela American University, uma das principais universidades de Washington, D. C. O Seminário, conduzido pelo Professor Pitman Potter, uma das maiores autoridades do mundo em Organização Internacional, inclui o estudo e discussão ampla dos mais modernos, graves e importantes problemas de Direito e Administração Internacionais.

No mês de fevereiro, também, o Dr. Isidoro Zanotti, — que, no fim do ano passado, publicara pequeno livro sobre a Organização dos Estados Americanos, considerado, pela maioria dos jornais desta capital, como o mais completo e útil trabalho a respeito do assunto, — foi nomeado para exercer um cargo do Departamento Jurídico e de Organismos Internacionais da União Pan-Americana, órgão central, permanente e Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos. Já há alguns meses, portanto, que vem dando sua valiosa colaboração, como funcionário internacional, ao órgão que tem as maiores responsabilidades pela manutenção da paz no hemisfério ocidental e pela cooperação na solução das questões sociais, econômicas, culturais e sanitárias internacionais. Felicitamos a

União Pan-Americana pela escolha de nosso patricio e desejamos ao mesmo os maiores triunfos na execução das suas tarefas (N. R.).

A LIGA DAS NAÇÕES E A FALTA DE APOIO POPULAR

A Organização das Nações Unidas não quer cair no mesmo erro da Liga das Nações, isto é, não deseja ser uma entidade que representa apenas os governos, que seja predominantemente oficial, mas que se constitua em centro de convergência das aspirações, críticas e sugestões dos povos. Na ONU, como, em regra, em todos os organismos internacionais, a participação das vontades dos povos é indispensável. A ausência de apoio popular torna insubsistente ou ineficaz as organizações dessa natureza. Uma das causas do fracasso da Liga das Nações foi a falta do apoio dos povos.

Não só através dos meios de comunicação — imprensa, rádio, filme, televisão — mas também por intermédio das organizações não-governamentais pode conseguir-se o apoio da opinião pública aos órgãos mundiais. Embora se obtenham resultados por meio de organismos oficiais, os não-governamentais são instrumentos poderosos para se obter compreensão e apoio por parte das populações em geral.

Os dirigentes das Nações Unidas tiveram que considerar as peculiaridades dos 58 países membros, atender às singularidades de cada povo e organizar um sistema de cooperação e ligação com as entidades não-oficiais. Fizeram ponderações, também, do exemplo da Liga das Nações, das causas da sua falta de êxito, do seu progressivo enfraquecimento e do descrédito em que ficou. Com isso em vista e tendo em mente a extraordinária força da opinião pública, cuidaram de estabelecer relações diretas entre a organização e os povos.

ÂMBITO DE AÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

As organizações não-governamentais que colaboram com as Nações Unidas são:

- a) nacionais;
- b) internacionais.



Embaixador Benjamin Cohen, Secretário Geral Adjunto, incumbido do Departamento de Informação Pública da ONU. Tem substituído várias vezes o Secretário Geral das Nações Unidas, Senhor Trygve Lie

Nacionais — as que operam dentro de um país, como os sindicatos de classes, associações comerciais, associações de imprensa, clubes, centros culturais, organizações religiosas, políticas, etc. As atividades de algumas organizações nacionais atingem outros países.

Internacionais — as que operam no campo internacional, logicamente. O setor de ação pode ser muito extenso, como o caso do Rotary Internacional, da Câmara Internacional de Comércio. Algumas exercem atividades apenas em dois, cinco ou vinte países.

Há a notar que, dentre as nacionais, umas atuam somente na capital, outras, na capital e em alguns Estados, e algumas em todo o país. No Brasil, por exemplo, a Associação de Viajantes e Representantes Comerciais tem atuação em todo o território nacional e vem colaborando estreitamente com as Nações Unidas. Outras organizações particulares, no Brasil, vem executando grandes trabalhos em favor da ONU, como os jornais, as revistas, rádios e diversas instituições.

As organizações nacionais podem enviar observadores para que assistam, acompanhem os

trabalhos da ONU. As internacionais enviam consultantes. Entretanto, uma organização internacional, para enviar consultantes, precisa ter obtido reconhecimento pelo Conselho Econômico e Social. Um organismo nacional, para o mesmo fim, necessita de reconhecimento.

Entre o Departamento de Informação Pública da ONU e as organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, tem sido estabelecido estreito e muito vantajoso contacto. Para a ligação entre o Departamento e as organizações não é necessário o reconhecimento do Conselho Econômico e Social. Precisam, porém, estar dispostas e desejosas de promoverem melhor compreensão dos objetivos funções e atividades das Nações Unidas. Devem registrar-se na Seção de Organizações Não-Governamentais daquele Departamento, prestar à mesma informações sobre o seu funcionamento, meios de publicidade de que dispõem; por outro lado, precisam enviar relatórios periódicos a respeito dos seus trabalhos relacionados com as Nações Unidas.

ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS QUE MANTÊM LIGAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Nas Nações Unidas, há os seguintes órgãos que mantêm ligação com as organizações não-governamentais e que tratam dos assuntos que lhe são pertinentes:

- 1) Seção de Organizações Não-Governamentais do Departamento de Informação Pública;
- 2) Conselho Econômico e Social;
- 3) Seção de Organizações Não-Governamentais da Divisão mista de coordenação e ligação para os Departamentos de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

Atribuições desses órgãos:

Seção de Organizações Não-Governamentais do Departamento de Informação Pública — Tem como principais finalidades: cooperar com as organizações, tanto nacionais como internacionais; promover o melhor conhecimento dos objetivos, funções e atividades das Nações Unidas; proporcionar todo o material necessário para esse fim.

A seção mantém contacto com mais de 200 organizações internacionais e mais de 1.100 nacionais — tôdas não-governamentais.

Os trabalhos da seção tiveram origem na recomendação formulada pelo Comitê Técnico-Consultivo sobre informação pública e relativa às normas, funções e organizações do Departamento de Informação Pública, recomendação essa aprovada pela Assembléia Geral em 13-2-946 (reunião de Londres). O item 12 diz:

“O Departamento e suas seções auxiliares devem ajudar e fomentar os serviços nacionais de informação, as instituições educativas e outras organizações governamentais e não-governamentais interessadas na distribuição de informação sobre as Nações Unidas. Com êste e outros fins, devem manter um serviço completo de referências, proporcionar conferencistas e pôr ao alcance dessas organizações suas películas informativas, anúncios, cartazes e outras exposições gráficas”.

A orientação geral para os trabalhos da seção é dada pelo Embaixador Benjamim Cohen, Secre-



Jornais e revistas de tôdas as partes do mundo publicam notícias sobre as Nações Unidas. O Departamento de Informação Pública distribui amplo noticiário pela imprensa e pelo rádio

tário Geral Adjunto para os assuntos de informação pública, chileno, jornalista, escritor, de grande capacidade de direção, muito conhecido no Brasil. O chefe da seção é o senhor J. B. Orrick norte-americano, que possui muita habilidade no trato dos problemas que lhe são afetos.

A seção compreende os seguintes setores:

- América Latina.
- Europa.
- Oriente Médio e Remoto.

A parte relativa aos Estados Unidos da América e Canadá está a cargo do próprio chefe. Já conseguiu a seção uma estrutura sólida e realizou inúmeros serviços, apesar do pequeno número de funcionários de que dispõe.

Para se ter uma idéia do valor do serviço prestado às organizações não-governamentais, basta citar o fato de que quatro das maiores organizações internacionais não-oficiais, com a maior parte dos seus membros fora dos Estados Unidos, contam com cerca de 280 milhões de membros. Além disso, os delegados à segunda conferência de organizações não-governamentais representavam mais de 300 milhões de membros, sem contar as congregações religiosas representadas pelo Conselho Mundial de Igrejas, as organizações educativas e sociais e outros grupos religiosos. Por meio de trabalhos em suas respectivas comunidades, de discussões transmitidas pelo rádio, de conferência, essas organizações vão além do círculo dos seus membros e sua influência atinge, praticamente, todos os povos.

60 organizações internacionais e 150 nacionais, todas não-governamentais, mantêm consultantes e observadores em Lake Success. Essas pessoas, como o pessoal de imprensa, rádio, filme, televisão, recebem serviços especiais da seção e enviam, por meio de suas organizações, comunicações regulares que são amplamente difundidas.

Através da seção, o Departamento de Informação Pública tem instituído, em todos os países membros da ONU, concursos sobre temas das Nações Unidas. Os vencedores passam 30 dias em Lake Success, por conta da ONU, a fim de efetuarem estudos.

LIGAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DA AMÉRICA LATINA

O setor relativo à América Latina está sob os cuidados do senhor Asdrubal Salsamendi, uruguaio, de muita capacidade de coordenação e conhecedor da psicologia dos povos latinos.

Através do senhor Salsamendi, a seção mantém contacto com organizações não-governamentais da América Latina.

Rápido resumo das atividades desse setor, em 1948, pode dar uma idéia do que foi realizado.

Em 31-12-948, havia 494 organizações não-governamentais da América Latina em contacto direto com as Nações Unidas, em Lake Success, Nova Iorque. Muitas outras, têm mantido con-

tacto por intermédio dos Centros de Informação da ONU, existentes no Rio de Janeiro, México e Buenos Aires.

As organizações não-governamentais da América Latina, em contacto direto com as Nações Unidas, estão assim classificadas:

1. Organizações religiosas.
2. Organizações sociais, políticas e econômicas.
3. Organizações científicas e técnicas.
4. Organizações profissionais.
5. Organizações artísticas e literárias.
6. Organizações históricas e geográficas.
7. Organizações culturais e de jornalistas.
8. Organizações gremiais.
9. Organizações esportivas.
10. Organizações comerciais ou industriais.
11. Organizações pró-Nações Unidas e Centros Voluntários de Informação.

A situação geral é boa, os contactos mantidos deram ótimos resultados e as perspectivas são excelentes. Na Argentina, por exemplo, a Associação Cristã Feminina desenvolveu diversas atividades. Na Bolívia, foi fundado um Centro Voluntário de Informação. No Brasil, o Centro de Informação da ONU manteve boas relações com numerosas organizações. No Chile, foi realizado um curso sobre as Nações Unidas, em um instituto de ensino. Em Costa Rica, foi criado um Centro Voluntário de Informação. Em Cuba, a Associação Cubana pró-Nações Unidas desenvolveu incansável trabalho. O Equador foi o primeiro país da América Latina a cumprir a recomendação da Assembléia Geral referente ao ensino sobre as Nações Unidas nas escolas em geral. No Peru, foi fundado o Comité Nacional Peruano, que agrupa as principais organizações do país interessadas nas Nações Unidas. No Uruguai, o trabalho desenvolvido foi considerável; semanalmente, foi transmitido, por uma cadeia de estações de rádio locais, um programa produzido em Lake Success. Nos demais países da América Latina, foram efetuadas tarefas diversas em favor da melhor compreensão das Nações Unidas. A Dra. Amanda Labarca, da Divisão de Direitos Humanos do Departamento de Assuntos Sociais da ONU, visitou Cuba, Panamá, Peru e Chile, como Consultora Especial da seção e muito conseguiu no que diz respeito à coordenação dos trabalhos das organizações.

De 31-12-947 a 31-12-948, a seção enviou, sem contar a correspondência de rotina, 1.237 cartas para aumentar o número de contactos. Foram remetidas 34.907 cópias de folhetos diversos; encaminhados 54 discos, com programas; remetidos 321 rolos de projeção fixa, 320 cartazes, 4 películas de 16 mm. 5.600 cópias mimeografadas de programas de rádio.

O responsável pelo setor da América Latina está organizando três conferências regionais, que deverão ser realizadas em setembro de 1949. A primeira deverá ser o Panamá e contará com



O Dr. Isidoro Zanotti, na sede das Nações Unidas, — Lake Success — dezembro de 1948, em conversa com o Prof. V. J. G. Stavridi, Secretário Geral Adjunto, interino, em substituição ao Embaixador Benjamin Cohen, que se achava em Paris, acompanhando os trabalhos da Assembléia Geral

representantes das organizações de Cuba, São Domingos, El Salvador, República Dominicana, México, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Venezuela. A outra será em Santiago do Chile e terá representantes do Peru, Equador, Chile, Bolívia. A terceira será em Montevideu e deverá ter representantes da Argentina Uruguai, Paraguai e Brasil. Nessa oportunidade, as organizações não-governamentais do Brasil poderão fazer-se representar e desempenhar papel importante na reunião.

O CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL E AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

A Carta das Nações Unidas dispõe no artigo 71:

“O Conselho Econômico e Social poderá fazer os ajustes adequados para celebrar consultas com organizações não-governamentais que se ocupem de assuntos da competência do Conselho. Poderão ser feitos os citados ajustes com organizações internacionais e quando cabível, com organizações na-

cionais, mediante prévia consulta ao respectivo membro das Nações Unidas”.

Entramos aqui no grande capítulo da cooperação das organizações internacionais não-governamentais com as Nações Unidas.

Baseando-se no mencionado artigo, muitas organizações não-governamentais têm o direito de apresentar às Nações Unidas, oralmente e por escrito, seus pontos de vista; e isso se verifica em campo vasto e se realiza da melhor forma do que se fazia ao tempo da Liga das Nações.

Certos fatos que dizem respeito às organizações não-governamentais reconhecidas como entidades consultivas, demonstram a necessidade que há de se tomarem medidas oportunas para facilitar as consultas:

1. Essas organizações incluem entre seus membros quase todos os sindicatos de importância, órgãos de empregados no comércio, de agricultores, sociedades cooperativas. Incluem, também, destacadas sociedades de jornalistas, músicos, mulheres, juventudes.

2. Representam grande proporção de pessoas pertencentes aos credos católico, protestante, judaico e greco-ortodoxo.

3. Há organizações que contam com milhões de membros e só uma delas representa 360 milhões de pessoas.

4. Os membros de outras entidades compõem-se de elementos de congressos nacionais, estadistas, técnicos em direito internacional, trabalhadores sociais, autoridades em habitação e urbanismo, técnicos em bem estar social, etc.

5. É grande o número de pessoas que participam das atividades dessas organizações. Uma empresa, em sua secretaria internacional, cerca de 700 pessoas. Recentemente, 35.000 pessoas procedentes de 42 países assistiram a uma reunião internacional convocada por uma dessas organizações consultivas.

Condições necessárias para que as organizações possam obter reconhecimento.

O Comitê organizador de consultas com as organizações não-governamentais estabeleceu certas normas que o Conselho Econômico e Social segue, atualmente, para determinar as condições

que as organizações não-governamentais devem cumprir para receber reconhecimento como entidades consultivas. Normas principais:

1. A organização deverá estar interessada em assuntos da competência do Conselho Econômico e Social na ordem internacional, com respeito a questões econômicas, sociais, culturais, educativas e assuntos conexos.

2. Os objetivos e propósitos da organização deverão estar de acordo com o espírito, propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.

3. Não se admitirão as organizações desacreditadas pela sua participação em atividades fascistas.

4. A organização deverá gozar de reconhecido prestígio e representar um setor importante das pessoas associadas. Para satisfazer este requisito, um grupo de organizações poderá formar um comitê comum ou qualquer outro organismo autorizado a celebrar consultas em nome de todo o grupo.

5. Terá a organização uma sede estabelecida com um funcionário executivo. Deverá ter



Lição sobre as Nações Unidas. Nas escolas de diversos países membros da ONU, há ensino a respeito dos assuntos das Nações Unidas. A UNESCO e a ONU estão desenvolvendo programas nesse sentido.

uma conferência, convenção ou outro órgão que seu plano de ação determinar.

6. O organismo possuirá autoridade para falar em nome de seus membros por intermédio de seus representantes autorizados, e deverá ser internacional.

Categorias de organizações reconhecidas como entidades consultivas

A natureza das consultas varia de acôrdo com o caráter das organizações não-governamentais, que estão divididas em três categorias:

Categoria A — organizações que têm um interesse fundamental na maioria das atividades do Conselho Econômico e Social e estão estreitamente vinculadas com a vida econômica ou social das áreas que representam.

Categoria B — organizações que têm uma jurisdição especial, mas que se interessam, especificamente, por alguns dos campos de atividade do Conselho.

Categoria C — organizações interessadas principalmente em ilustrar a opinião pública e difundir informação.

Propósitos das consultas

Os ajustes para a celebração de consultas se realizam, por uma parte, com o propósito de procurar o Conselho Econômico e Social ou um dos seus organismos, a informação ou o assessoramento de técnicos procedentes de organizações não-governamentais competentes em assuntos relativos aos quais se fazem os ajustes para a realiação de consultas: e, por outra parte, para facilitar as organizações que representam importantes elementos da opinião pública a maneira de expressarem seus pontos de vista.

Comité organizador de consultas com as organizações não-governamentais

O Comité faz parte do Conselho Econômico e Social e tem a seu cargo o estudo das solicitações apresentadas pelas organizações não-governamentais para obterem seu reconhecimento como entidades consultivas e para fazerem recomendações ao Conselho sôbre as mesmas.

Para obter o mencionado reconhecimento, as organizações não-governamentais devem apresentar suas solicitações ao Conselho Econômico e Social. Quando esses pedidos dão entrada na Secretaria são encaminhados ao citado Comité, com informação relativa ao número de membros, propósitos e atividades da organização interessada.

O Comité estuda os pedidos, antes de formular recomendação a respeito dos mesmos. Muitas organizações não obtiveram decisão favorável por não preencherem todos os requisitos.

Representação por meio de consultantes

Tôdas as organizações consultivas podem enviar seus representantes autorizados, que são

designados — consultantes, — para que assistam às sessões do Conselho Econômico e Social e às de suas Comissões.

Documentos do Conselho — Medidas necessárias foram tomadas para que sejam enviados todos os documentos do Conselho às sedes de tôdas as organizações reconhecidas como entidades consultivas.

Apresentação de comunicações por escrito — As organizações da categoria A podem apresentar declarações por escrito, manifestando seu ponto de vista sôbre qualquer assunto econômico ou social. Essas comunicações são reproduzidas e são distribuídas como documentos oficiais. As organizações das categorias B e C podem, também, apresentar declarações por escrito e sugestões; a Secretaria prepara e distribui uma lista de tôdas essas comunicações, indicando, em resumo, o conteúdo das mesmas.

Apresentação de temas — As organizações da categoria A podem apresentar temas para sua inclusão no programa do Conselho Econômico e Social.

Exposições orais pelos consultantes — Os consultantes podem obter autorização para expor as opiniões de suas organizações sôbre determinados assuntos, nas sessões das diversas Comissões do Conselho. Podem, outrossim, expressar suas opiniões por meio do Comité.

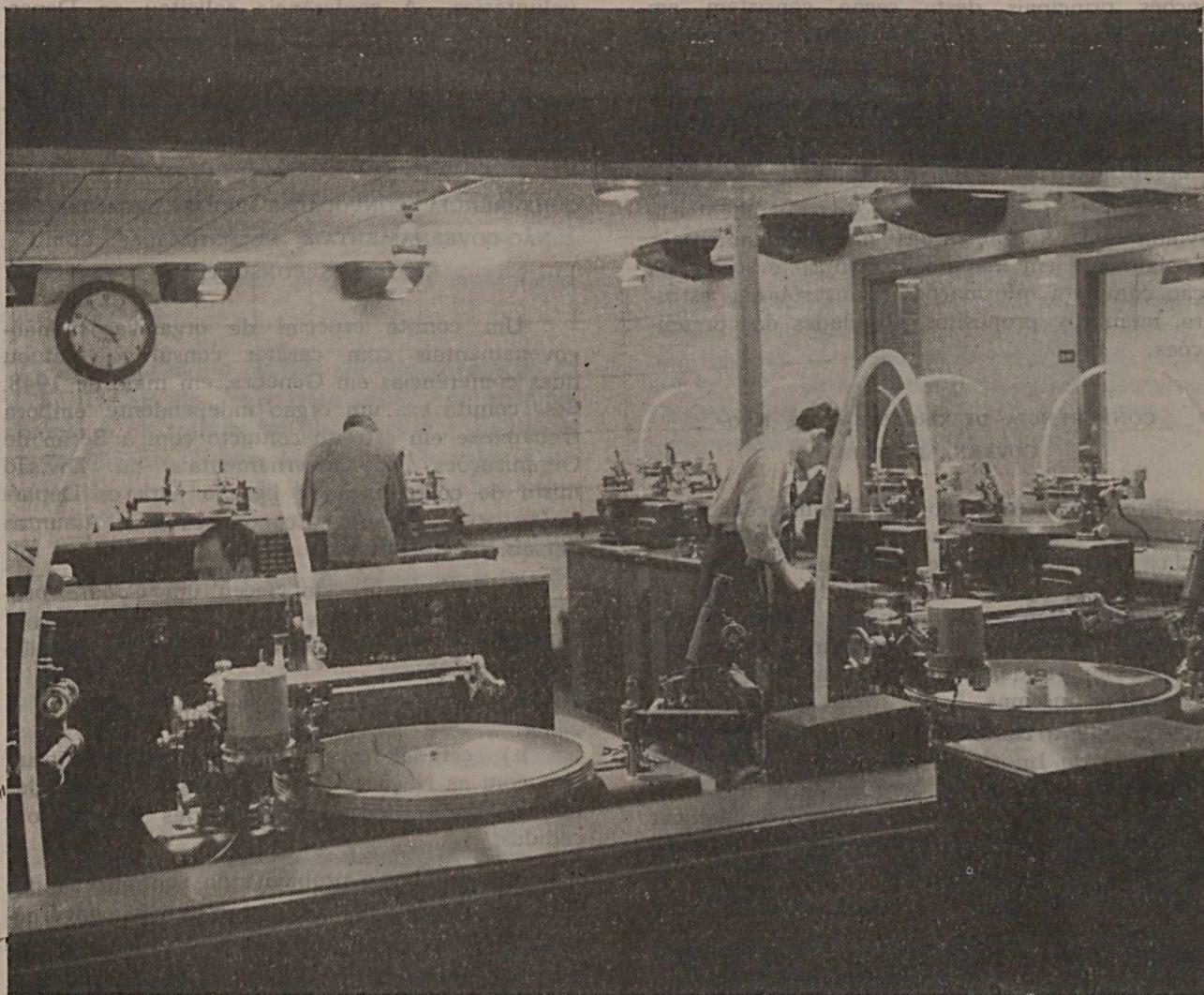
Temas submetidos por organizações não-governamentais

De acôrdo com as suas prerrogativas, diversas organizações não-governamentais da categoria A submeteram temas em diferentes períodos de sessões do Conselho Econômico e Social, sôbre os quais o Conselho tomou decisões específicas.

A trabalho igual salário igual para homens e mulheres — A pedido da Federação Sindical Mundial, o Conselho fez um estudo sôbre a aplicação do princípio "a trabalho igual salário igual", para os trabalhadores de ambos os sexos. Ao mesmo tempo, aquela Federação apresentou ao Conselho um memorando a respeito do assunto.

Em relação aprovada em 10-3-948, o Conselho fez apêlo aos Estados membros da ONU para que pusessem em prática êsse princípio em qualquer atividade, sem fazer distinção por motivo de nacionalidade, raça, idioma ou religião. O Conselho transmitiu o citado memorando à Organização Internacional do Trabalho e solicitou à mesma que estudasse a matéria com a maior brevidade possível. O Conselho remeteu cópia do documento à Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, para sua recomendação e para qualquer sugestão que desejasse fazer.

A Conferência da Organização Internacional do Trabalho adotou uma resolução por meio da qual chamou a atenção dos seus membros para as declarações que se encontraram na constituição de Organização e relativas ao princípio de igual salário por trabalho de igual valor. Ao mesmo tempo, a Conferência demonstrou aos seus mem-



Parte da Seção de Gravações da Divisão de Rádio das Nações Unidas, onde são gravados programas em diversas línguas e divulgados através de poderosas estações de ondas curtas

bro que era importantes a adoção de medidas apropriadas para assegurar a aplicação efetiva do citado princípio no caso dos trabalhadores de ambos os sexos, inclusive no que se refere a medidas especiais para ampliar as oportunidades de emprego a mulheres e as disposições em favor de facilidades adequadas para a preparação profissional e técnica da mulher.

Direitos sindicais — A Federação Sindical Mundial apresentou ao Conselho um tema referente aos direitos sindicais. Em março de 1947, o Conselho pôs ao conhecimento da Organização Internacional do Trabalho o ponto de vista da Federação citada e da Federação Americana do Trabalho sobre “garantias para o exercício e desenvolvimento dos direitos sindicais” e o transmitiu à Comissão de Direitos Humanos, a fim de que pudesse estudar os aspectos da questão a serem incluídos na Declaração Internacional dos Direitos Humanos.

Trabalhadores migrantes — A pedido da Federação Americana do Trabalho, o Conselho Econômico e Social incluiu um tema em seu programa sobre a proteção do migrante e do imigrante. O Conselho transmitiu, em agosto de

1947, o memorando à Organização Internacional do Trabalho, como organismo especializado, interessado e solicitou que prosseguisse ativamente no estudo do assunto e informasse o Conselho logo que fôsse possível. A Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de População do Conselho estudaram o problema da proteção dos trabalhadores migrantes.

Trabalho forçado — Em comunicação de novembro de 1947, a Federação Americana do Trabalho solicitou ao Secretário Geral das Nações Unidas que colocasse no programa da sexta reunião do Conselho o tema: “Estudo sobre o trabalho forçado e medidas para sua abolição”.

TAREFAS A CARGO DA SEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES
NÃO-GOVERNAMENTAIS DA DIVISÃO MISTA
DE COORDENAÇÃO E LIGAÇÃO

A Seção de Organização não-governamentais da Divisão mista de coordenação e ligação para os Departamentos de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais — ocupa-se das disposições para a celebração de consultas com o Conselho Econômico e Social e seus órgãos auxiliares. As

funções principais desta seção consistem em manter ligação com as organizações reconhecidas como entidades consultivas, assessorá-las em seus trabalhos, encarregar-se dos ajustes para a celebração de consultas e prestar serviços de secretaria ao Comité Organizador de Consultas com as organizações não-governamentais.

Ocupa-se, também, a seção da documentação enviada pelas organizações não-governamentais, especialmente em matéria econômica e social. A seção completa informações gerais sobre a estrutura, membros, propósitos, atividades das organizações.

CONFERÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Primeira— A Seção de Organizações Não-Governamentais do Departamento de Informação Pública se encarrega de convocar conferências de tais organizações, com o fim de estimular as atividades informativas, mediante o intercâmbio de idéias e projetos, para aumentar a cooperação com o Departamento e melhorar os serviços prestados às mesmas.

A primeira conferência, convocada pelo Departamento de Informação Pública, foi celebrada em Lake Success, Nova Iorque, de 9 a 14 de fevereiro de 1947. Participaram nessa conferência 250 pessoas que representavam mais de 100 organizações. Foram aprovadas várias resoluções destinadas a guiar as atividades do Departamento.

Conferência provisória de organizações não-governamentais. — Foi efetuada em Lake Success, sob os auspícios do mesmo Departamento, em 12 e 13 de setembro de 1947. Cerca de 100 representantes de organizações assistiram à reunião.

Segunda conferência de organizações não-governamentais — A segunda conferência, realizada sob os auspícios do Departamento de Informação Pública, reuniu-se em Genebra durante os dias 17, 18 e 21 de maio de 1948. 300 representantes de 112 organizações não-governamentais assistiram à reunião.

Estabeleceu a conferência os seguintes órgãos: Comité de documentos, comité de publicações, comité de informação audiovisual, comité de conferencistas, comité de atividades educativas e juvenis e comité de projetos especiais.

Ao aprovar os relatórios desses comités, fez a conferência diversas recomendações, reconhecendo a responsabilidade das organizações no desenvolvimento de esforços no sentido de completar a informação oficial. Entre as recomendações, destacavam-se: O Departamento de Informação Pública deveria desenvolver seus serviços de radiodifusão com o fim de estabelecer um centro mundial de rádio, operado pelas Nações Unidas; que a junta cinematográfica das Nações Unidas instituisse um prêmio anual para a melhor película documental que contribuisse para o entendimento internacional; que as organizações não-governamentais estabelecessem um comité para criar uma repartição internacional encarregada de facilitar os serviços de conferencistas

voluntários. A conferência solicitou ao Departamento e à UNESCO que preparassem, para publicação e distribuição, uma bibliografia especial dos livros e folhetos relacionados com programas de ensinos sobre as Nações Unidas.

CONFERÊNCIA CONVOCADAS PELAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS RECONHECIDAS COMO ENTIDADES CONSULTIVAS

Um comité especial de organizações não-governamentais com caráter consultivo efetuou duas conferências em Genebra, em maio de 1948. Esse comité era um órgão independente, embora trabalhasse em estreito contacto com a Seção de Organizações Não-Governamentais da Divisão mista de coordenação e ligação para os Departamentos de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

A conferência estabeleceu um *Comité provisório de organizações não-governamentais consultivas*. O Comité efetuou a primeira reunião em 23-7-1948.

Os fins do mencionado Comité são:

- a) estudar as relações de caráter consultivo com as Nações Unidas e assegurar que tôdas as facilidades técnicas necessárias sejam concedidas;
- b) estudar o problema da continuação das relações entre as organizações não-governamentais reconhecidas como entidades consultivas;
- c) examinar as relações com as organizações sem caráter consultivo e convidar três representantes dessas organizações a que participem nesse estudo.
- d) decidir, depois de consultar o Departamento de Informação Pública e outros departamentos correspondentes das Nações Unidas, o programa da próxima conferência ou grupo de conferências das organizações não-governamentais, e fazer os preparativos necessários.

A conferência elegeu, como membro do Comité, as organizações reconhecidas como entidades consultivas da categoria A.

Resultou, também, dessa reunião a proposta de que as organizações internacionais não-governamentais deveriam ter personalidade jurídica internacional. Foi criado um comité para estudar a condição jurídica dessas organizações.

A segunda conferência convocada pelo Comité especial de organizações não-governamentais consultivas se reuniu em Genebra, em 19 e 20 de maio de 1948. Assistiram à reunião cerca de 270 representantes de 112 organizações.

Outra conferência das organizações não-governamentais iniciou as sessões em 4 de abril de 1949, em Lake Success, Nova Iorque.

As fotografias que constam deste trabalho foram cedidas pelo Departamento de Informação Pública da ONU.